



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Fundamentos do Serviço Social

Racismo e a formação profissional

Vatusy Nascimento¹
Thais Caroline Rodrigues Penas²
Evelin Girardello³

1. INTRODUÇÃO

A seguinte lauda explicita uma das pautas políticas dos assistentes sociais: o racismo, cujas práticas da branquitude, corroboram com a naturalização, superficialização e banalização da história. O CFESS, em defesa da ética e dos direitos humanos, declarou no 44º Encontro Nacional CFESS-CRESS:

A pauta política dos/as assistentes sociais é subsidiada por valores e princípios que se orientam pela defesa da liberdade, da democracia e do combate a todas as formas de preconceito, barbárie e violência. Afirma, portanto, a luta por um projeto societário comprometido com uma nova sociabilidade, em oposição à ordem do capital, o que pressupõe a superação de todas as formas de opressão e exploração.

A bandeira de luta do conjunto CFESS/CRESS gestão 2017-2020 “É de batalhas que se vive a vida”, intitulada “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo” deve ser abordada por todos os profissionais, não responsabilizando

¹ Graduanda em Serviço Social, Universidade Federal do Paraná- Setor Litoral, tusymakeup2015@gmail.com

² Graduanda em Serviço Social, Universidade Federal do Paraná- Setor Litoral, thaiscaroline.rodriguesrd@gmail.com

³ Graduanda em Serviço Social, Universidade Federal do Paraná- Setor Litoral, girardelloevelin@gmail.com



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

apenas os/as assistentes sociais negros/as à trabalhar essa temática dentro dos espaços sócio ocupacionais, uma vez que, temos no Brasil uma população na qual 54% de negros (pretos e pardos) segundo (IBGE 2016), compondo os usuários que acessam as políticas públicas.

Quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de locus social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. Absolutamente não tem a ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo, por exemplo". (RIBEIRO, 2017)

2. DESENVOLVIMENTO

Segundo o Atlas da Violência 2017, lançado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mulheres, jovens e negros de baixa escolaridade são as principais vítimas de mortes violentas no país. A população negra corresponde a maioria (78,9%) dos 10% dos indivíduos com mais chances de serem vítimas de homicídios. O documento revela que a cada 100 pessoas assassinadas, em 2017, 71 eram negras. Em sua grande maioria mulheres e jovens. Só em 2015, cerca de 385 mulheres foram assassinadas por dia. Das 726.712 pessoas encarceradas no Brasil em junho 2017, mais da metade dessa população é de jovens de 18 a 29 anos e 64% são negros. A situação é ainda mais grave no Acre, onde 95% dos presos são negros. No Amapá, são 91% e, na Bahia, 89%. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública revelam ainda que, de 2015 a 2016, 76% dos mortos em intervenções policiais eram homens negros. Mesmo diante de toda esta violência, 12,8% dessa população teve acesso ao nível superior, dados de 2015.

A violência perpetuada contra negras e negros não se expressa apenas no alto percentual de encarceramento e óbitos em conflitos policiais, mas numa gama de outras formas, como a violência obstétrica no sistema de saúde, a taxa de desemprego, o analfabetismo, a intolerância a práticas culturais e religiosas. Isso revela as tentativas de silenciamento e de apagamento de um legado milenar, que fazem parte da base da construção do país. E mesmo após o fim do modo de produção escravista, essas "mortes simbólicas" são reproduzidas e praticadas. (CFESS, 2018)



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

Pertinente a isso, cabe ao grupo privilegiado, abordar a questão racial a partir do seu lugar de fala (rompimento de uma única voz) pensando na desconstrução e origem de seus privilégios. Segundo Djamila Ribeiro (2017)

Todas as pessoas possuem lugares de fala, uma vez que a discussão é sobre localização social e o mais importante é que “indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de locus social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares dos grupos subalternizados.

Temos observado, que a temática racial dentro do curso de Serviço Social, ou é nula ou é mínima e quando acontece, geralmente é feita pelo/a aluno/a negro/a, que se coloca fazendo um recorte inerente as temáticas previstas na grade curricular da graduação, buscando tratar a questão racial na transversalidade dos conteúdos, como defende a ABEPSS (2016), em ementa criado pelo GTP.

3. CONCLUSÕES

A luta antirracista, não deve ser vista, como uma luta individual, daqueles que pertencem a população negra, mas sim, expressada de modo e compromisso coletivo. Ribeiro reforça que “não estamos falando de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania” (p. 61).

Pautando-se, na busca pela igualdade de direitos de todas/os como prevê os direitos constitucionais, buscar uma nova ordem societária requer o comprometido profissional.

Compreender, o processo histórico significa buscar uma narrativa facciosa, ou seja, livre da neutralidade que silenciou e apagou a existência da população negra, cabendo a estes, apenas a diegese de servidão, inferiorização e subserviência. Relatar a história, de modo de que quem fala, não seja o grupo de poder, faz com que tenhamos possibilidades de desconstruir e repensar as práticas racistas que temos adotado e que reforçam a estrutura hegemônica, defendida pela classe burguesa e pelo capital. A escravidão brasileira



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

foi um crime, e essa parte da história precisa ser questionada para que o fetichismo escravocrata e a máxima expressão do racismo não se atualize. Racismo não é questão moral é questão política, e portanto é nosso objeto de intervenção.

REFERÊNCIA

ABEPSS. Grupo Temático de pesquisa. 2016. Disponível em:
<http://www.abepss.org.br/gtps.html>. Acesso em: 01 abr. 2019.

CFESS. **Bandeiras de Luta do Conjunto CFESS-CRESS**. Disponível em:
<http://www.cfess.org.br/arquivos/FolderBandeiradeLutas-Livreto.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2019.

CFESS: **Assistentes Sociais no combate ao racismo**. Disponível em:
<http://www.cfess.org.br/arquivos/2018-ServicoSocialNoticia-Site.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento. 2017. 112 pg

IPEA. **Atlas da Violência**. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/atlas-2017>. Acesso em: 28 mar. 2019.